

INCLUSÃO na EDUCAÇÃO PROFISSIONAL e TECNOLÓGICA: ORIENTAÇÕES aos DOCENTES sobre POLÍTICAS e PRÁTICAS INCLUSIVAS

Vania Maria Duarte Gonçalves
Matusalém de Brito Duarte



INCLUSÃO na EDUCAÇÃO PROFISSIONAL e TECNOLÓGICA:
ORIENTAÇÕES aos DOCENTES sobre
POLÍTICAS e PRÁTICAS
INCLUSIVAS

Vania Maria Duarte Gonçalves
Matusalém de Brito Duarte

2021

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT

Produto Educacional

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
ORIENTAÇÕES AOS DOCENTES SOBRE POLÍTICAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS

Vânia Maria Duarte Gonçalves
Matusalém de Brito Duarte

Revisão Textual
Ana Luísa Duarte Gonçalves

Projeto gráfico e diagramação
Hérika Eustáquia do Carmo

Apresentação

Esta cartilha foi desenvolvida como produto educacional, fruto da minha dissertação, sendo seu principal objetivo ampliar os conhecimentos dos docentes sobre a inclusão e contribuir para aprimorar suas práticas de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Este material foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa intitulada “A Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: análise do conhecimento dos docentes da CEDAF sobre as políticas e as práticas inclusivas”, desenvolvida durante o curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), Unidade Divinópolis, nos anos de 2019 a 2021.

A ideia da realização desta cartilha surgiu desde o projeto de pesquisa e se consolidou após a análise dos resultados obtidos por meio dos instrumentos utilizados na coleta dos dados. O produto final materializou-se quando as respostas dadas pelos docentes, tanto no questionário quanto nas entrevistas, apontaram para a necessidade de informações gerais e essenciais sobre inclusão. Dessa forma, as temáticas abordadas neste documento foram elencadas em consonância com esse resultado e embasadas na bibliografia estudada durante a pesquisa.

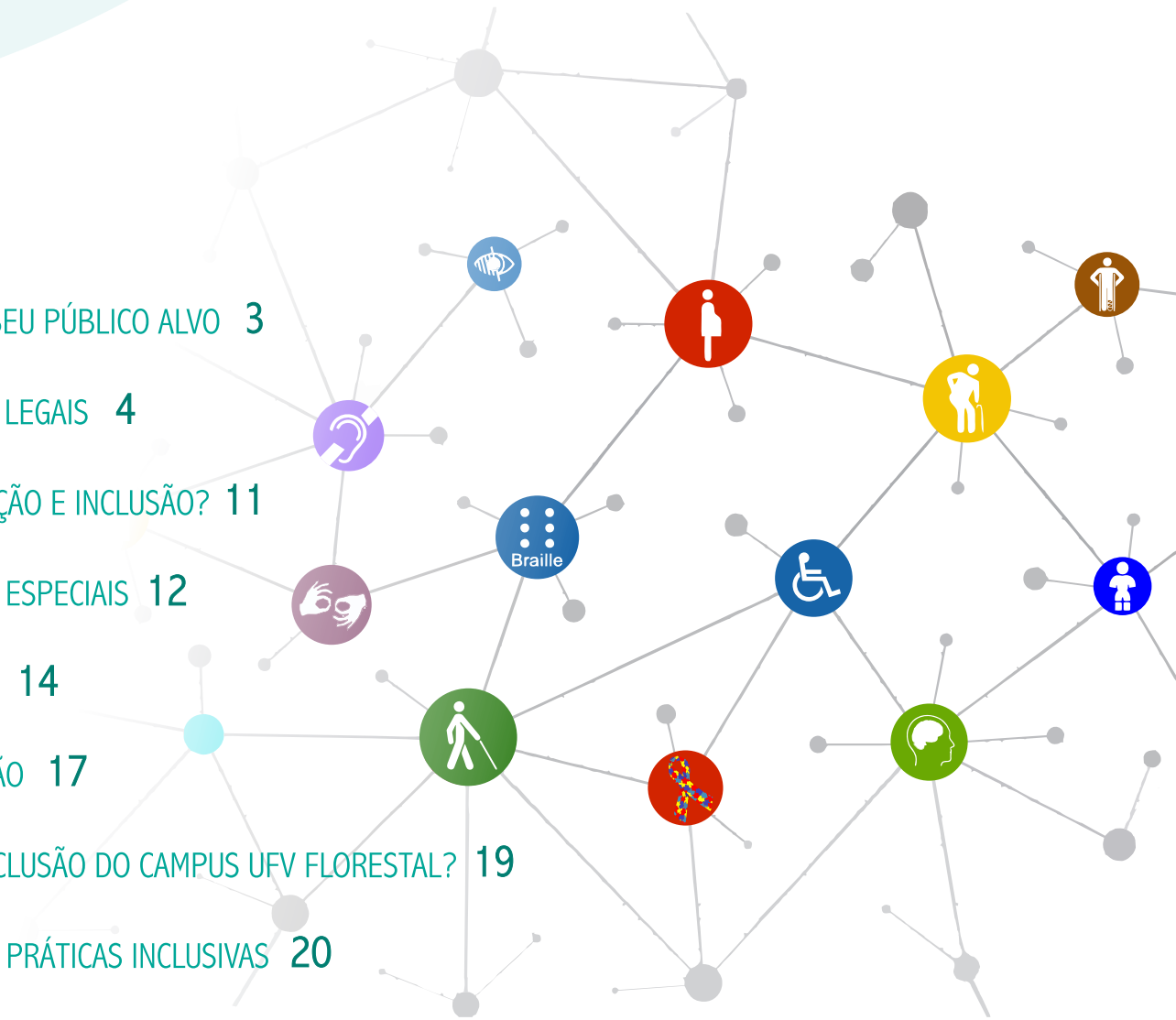
Enquanto pesquisadora e servidora desta instituição federal de ensino, espero que as informações e reflexões propostas nesta cartilha promovam benefícios no processo de inclusão no Campus UFV – Florestal (CEDAF), contribuindo para o aprimoramento das práticas inclusivas e, conseqüentemente, para que a educação profissional e tecnológica ofertada no âmbito desta instituição favoreça a inserção social das pessoas com necessidades educacionais especiais no mundo do trabalho.

Vânia Maria Duarte Gonçalves



SUMÁRIO

- 1 O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA E QUAL É SEU PÚBLICO ALVO 3
- 2 CONHEÇA ALGUNS IMPORTANTES MARCOS LEGAIS 4
- 3 VOCÊ SABE A DIFERENÇA ENTRE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO? 11
- 4 O QUE SÃO NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS 12
- 5 QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 14
- 6 QUAIS SÃO AS BARREIRAS PARA A INCLUSÃO 17
- 7 VOCÊ CONHECE O NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO DO CAMPUS UFV FLORESTAL? 19
- 8 RECOMENDAÇÕES PARA APRIMORAR SUAS PRÁTICAS INCLUSIVAS 20
- 9 SUGESTÕES DE LIVROS E FILMES 27
- 10 REFERÊNCIAS 31



O que é Educação Inclusiva e qual é seu público alvo

A educação inclusiva propõe o oferecimento de uma educação de boa qualidade e que abranja todas as pessoas. Essa proposta fundamenta-se no princípio da equidade, considerando as diferenças e buscando meios para remover as barreiras para a aprendizagem, com a finalidade de proporcionar a participação de todos em um ambiente educacional único (CARVALHO, 2019). Portanto, a educação inclusiva visa à universalização da educação, ao reconhecimento da diversidade humana e ao acolhimento às diferenças, sejam elas culturais, sociais, étnicas, físicas, intelectuais, de gênero, entre outras.

Nesse sentido, o público-alvo da educação inclusiva é bem mais amplo que o da educação especial, ou seja, não se restringe às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O objetivo é inserir no âmbito do sistema regular de ensino as pessoas até então excluídas e segregadas, proporcionando as adaptações e adequações necessárias para suprir suas necessidades.

Para Mantoan (2015), nos planos de uma escola inclusiva, a educação deve ser voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e precisa reconhecer e valorizar as diferenças. O princípio fundamental de uma escola inclusiva é o de acolher todas as pessoas, que devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades, uma vez que o processo de aprendizagem de cada indivíduo é único e a convivência no ambiente escolar comum beneficia a todos.

Nesse contexto, compete às instituições de ensino garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, oferecer os recursos que atendam às diversas necessidades de seus alunos, valorizando as potencialidades de cada um, além de combater qualquer tipo de preconceito e discriminação.



#PraTodosVerem

Símbolo Universal de Acessibilidade da Organização das Nações Unidas - ONU, que é um círculo vazado com contorno preto, com um desenho de uma forma humana apenas com linhas, com braços e pernas abertos. A cabeça é um círculo azul com contorno preto. As mãos e os pés são pontos azuis que se conectam ao círculo maior. O símbolo está sobreposto a 5 mãos abertas feitas com tinta colorida, vermelha, amarela, roxa, azul e verde, lado a lado, em círculo, com os dedos para fora.

O Símbolo Universal de Acessibilidade foi proposto como forma de incluir, em um único ícone, todos os tipos de acessibilidade e simboliza a inclusão para as pessoas de todos os níveis, em todos os lugares.

Fonte: inclusive.org.br, camarainclusao.com.br, mundointerpersonal.com

2 Conheça alguns importantes marcos legais

Os movimentos mundiais em favor da educação inclusiva, nos quais foram reivindicadas mudanças visando ampliar o acesso de pessoas até então excluídas da escolarização formal, ganharam forças na década de 1990. Dentre eles, destaca-se a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na cidade de Salamanca, Espanha, em junho de 1994.

Essa conferência contou com o engajamento de vários governos e organizações internacionais e resultou na elaboração da “Declaração de Salamanca”. Nesse documento, os delegados apresentam uma proposta de educação inclusiva, proclamando o direito fundamental à educação para toda criança que possui características e necessidades únicas, enfatizando a urgência do atendimento a essas necessidades. Dessa forma, os sistemas educacionais devem levar em conta essa diversidade e se organizar para garantir o acesso de todos à escola regular, além de combater as atitudes discriminatórias (BRASIL, 2003a).

Por meio da Declaração de Salamanca foi estabelecido um pacto entre vários países, dentre eles o Brasil, em que os governos se comprometeram a priorizar as políticas inclusivas, aprimorando seus sistemas educacionais, investindo no desenvolvimento de projetos, formação de professores e outras ações para garantir o direito de todos frequentarem a escola regular.

Para Mantoan (2015), a inclusão escolar fundamenta-se no princípio democrático da educação para todos, garantido, no Brasil, pela Constituição Federal de 1988. Além da Constituição Federal, muitos outros dispositivos legais foram propostos nas últimas décadas, visando garantir o acesso de todos à educação. Serão abordadas, a seguir, sínteses de algumas dessas legislações que contribuíram para o avanço da educação inclusiva.



LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO - LDB 9394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece como o primeiro de seus princípios a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Ela determina, ainda, como um dos deveres do estado com a educação, a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de maneira transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, os sistemas educacionais devem assegurar currículos, métodos, técnicas e recursos aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, visando atender a suas necessidades (BRASIL, 1996).

Para garantir esses direitos, os sistemas de ensino devem investir em recursos destinados a adequações nas escolas, além de promover a capacitação dos professores para que possam atender às necessidades especiais dos alunos, desempenhando um trabalho pedagógico voltado à diversidade e que favoreça a participação e o aprendizado de todos.



SAIBA MAIS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm



DECRETO Nº 3.298/1999: POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, prevê o acesso à educação profissional para os deficientes, nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho. Além disso, as instituições de educação profissional deverão oferecer, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades dessas pessoas, adaptando os recursos educativos, capacitando os professores e outros profissionais, assim como promovendo adequações para eliminar as barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação (BRASIL, 1999).

Essas medidas visam promover o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica, preparando-as para atuar no mundo do trabalho, que é uma das mais importantes formas de inserção social.

SAIBA MAIS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2001: DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, em consonância com os princípios da educação inclusiva, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, determinando que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e as escolas devem se organizar para atender os que apresentarem necessidades educacionais especiais, assegurando uma educação de boa qualidade para todos.

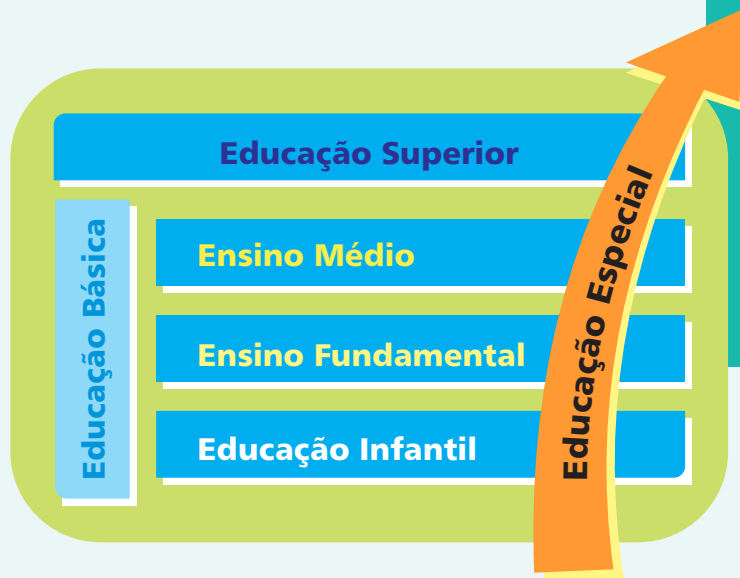
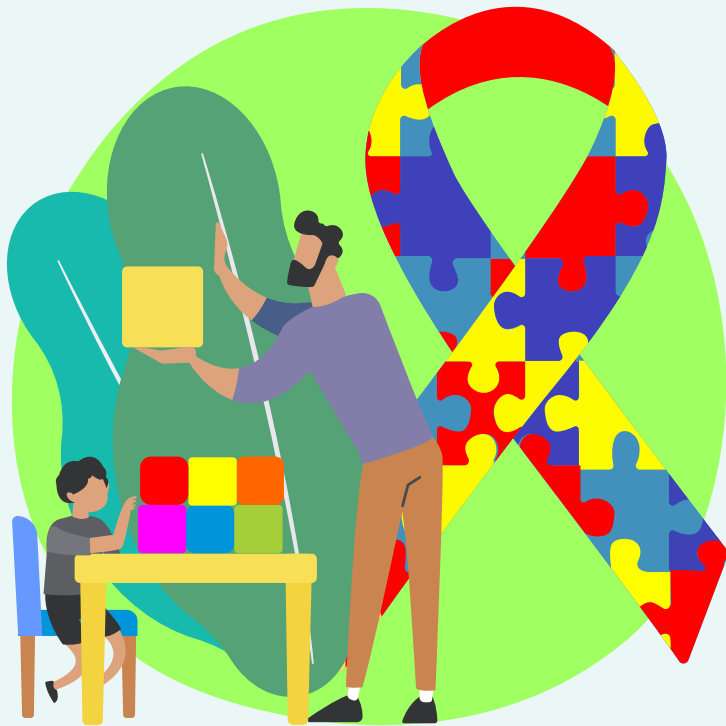
Os sistemas de ensino devem garantir acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas na edificação, bem como de barreiras nas comunicações, provendo às escolas os recursos humanos e materiais necessários. Aos estabelecimentos de ensino, compete a organização e a operacionalização dos currículos escolares, devendo constar em seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

As escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 2001).



<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201>

SAIBA MAIS



DECRETO Nº 7.611/2011: A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (AEE), estabelecendo novas diretrizes para o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial. Essas diretrizes visam garantir um sistema educacional inclusivo, sem discriminação, e que ofereça o apoio necessário, por meio da adoção de medidas individualizadas e efetivas, maximizando o desenvolvimento acadêmico e social desse público.

De acordo com esse decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, cabendo à educação especial garantir os serviços de apoio especializado voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização dessas pessoas. Esses serviços são compreendidos como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e de forma contínua, a serem prestados de forma complementar ou suplementar à formação desses estudantes (BRASIL, 2011).

SAIBA MAIS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

LEI Nº 13.005/2014: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor educacional. A meta 4 da referida lei aponta para diretrizes e metas a serem buscadas pelo poder público, voltadas à educação inclusiva, visando universalizar o acesso à educação básica para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2014).



SAIBA MAIS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

LEI Nº 13.146 /2015: ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, baseou-se na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, e destina-se, conforme o art. 1º, “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

A referida lei aborda, no Capítulo IV, o direito à educação, assegurando às pessoas com deficiência um “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida”; além disso, devem ser garantidas “condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (BRASIL, 2015).

SAIBA MAIS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm



Apesar de o paradigma da educação inclusiva estar consolidado em relação às leis, normas e políticas vigentes, muitas vezes na prática não é o que acontece, pois não são feitos investimentos nas adequações necessárias para que o trabalho pedagógico seja desenvolvido de forma a atender a todos, sem distinção. Nesse contexto, acaba prevalecendo outra forma de inserção social denominada integração.



Você sabe a diferença entre INTEGRAÇÃO e INCLUSÃO?

Integração

Corresponde às primeiras tentativas de inserção social das pessoas com deficiência, quando se passou a questionar a segregação delas na educação especial. Porém, não foi mais que a simples matrícula de algumas dessas pessoas na escola regular.

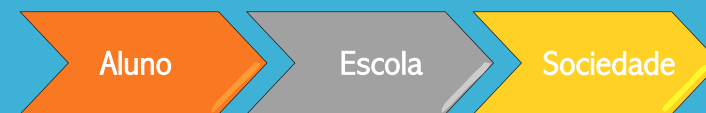
Oferece apenas uma inserção parcial de alguns alunos, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à integração e o sistema prevê serviços educacionais segregados.

Está associada ao modelo médico da deficiência, focando o problema no indivíduo, que precisa ser tratado antes de ser integrado na sociedade para ser capaz de superar as barreiras nela existentes.

Prepara a pessoa para a inserção no convívio social, sendo o indivíduo responsável por superar suas limitações e se adequar à sociedade.

Não exige grandes mudanças nos espaços físicos, nos comportamentos e nas práticas sociais.

Espera-se que a pessoa com necessidades especiais se ajuste à escola.



Inclusão

Apresenta a ideia de que a educação precisa ser eficaz para todos e as escolas devem acolher e suprir as necessidades de seus alunos, independentemente de suas características pessoais, psicológicas ou sociais.

Propõe não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. Ou seja, todos os alunos têm direito a frequentar a classe comum, independentemente de suas características pessoais.

Baseia-se no modelo social da deficiência, no qual a sociedade é que deve se adequar para ser capaz de atender às necessidades de todas as pessoas.

Cria condições de inserção e participação da pessoa na sociedade, por meio de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais.

Exige adaptações em todos os aspectos, visando promover equidade.

Pressupõe-se que a escola se ajuste a todas as pessoas atendendo a suas necessidades.



O termo necessidades educacionais especiais ganhou evidência quando os movimentos em favor da inclusão se intensificaram, principalmente após a Declaração de Salamanca, de 1994. Segundo esse documento as necessidades educacionais especiais se originam de deficiências ou dificuldades de aprendizagem que podem surgir em algum período da escolarização de crianças ou jovens (BRASIL, 2003a).

De acordo com o MEC (2003), essa expressão está associada a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente decorrentes de deficiências, e surgiu para evitar os efeitos negativos de outros termos usados até então, como excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados etc.

Além disso, essa expressão tem o propósito de retirar o foco do aluno e direcioná-lo às respostas educacionais específicas que ele requer (BRASIL, 2003b).

Glat (2011) ressalta a diferença entre o conceito de necessidade educacional especial, que está relacionado à interação do aluno com a realidade educativa em que ele se encontra, e o conceito de deficiência, que se relaciona às condições orgânicas do indivíduo, podendo resultar ou não em uma necessidade especial. Nesse sentido, Blanco (1998) afirma que as necessidades educacionais especiais envolvem inúmeros outros educandos, que não são pessoas com deficiência, mas apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem e requerem recursos e apoios mais especializados.





Uma criança com deficiência visual, por exemplo, necessita do Braille e de materiais específicos como meios de acesso para aprender os conteúdos das disciplinas. Por outro lado, existem algumas necessidades que requerem modificações no próprio currículo, sendo necessário introduzir conteúdos individuais, trabalhar assuntos em diferentes graus de complexidade, estender o tempo para adquirirem determinadas competências, enfim, procurar outras estratégias de ensino para que atinjam seus objetivos. Há casos que justificam a modificação da prática educativa, da sala de aula e até mesmo da organização da escola. Além disso, a importância do clima afetivo ou emocional deve ser levada em conta, para que o aluno aprenda e se desenvolva de forma adequada (BLANCO, 1998).


Portanto, quando se pensa em necessidades educacionais especiais, o foco deve ser no tipo de ajuda e/ou no recurso a ser direcionado ao aluno e não na dificuldade que ele apresenta. Além disso, esse conceito não pode ficar restrito aos educandos com deficiência, devendo abranger um público bem mais amplo.



5 Quem são as pessoas com deficiência

Apesar de o público-alvo da educação inclusiva ser amplo, as pessoas com deficiência, por terem sido historicamente excluídas e segregadas do convívio social e, conseqüentemente, da participação na rede regular de ensino, tornaram-se um dos principais focos dessa concepção educacional.

Vale ressaltar que “pessoa com deficiência” é o termo que foi definido e recomendado após diversos debates em movimentos mundiais e nacionais. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência):








[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art. 2º).

Nessa perspectiva, a deficiência está relacionada à relação do indivíduo com o meio, ou seja, ela se manifesta quando a pessoa se depara com os obstáculos e barreiras que impedem sua participação plena nos espaços sociais. A inclusão visa, portanto, eliminar as barreiras que obstruem a participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, proporcionando a equidade, para que elas possam ter oportunidades iguais às das demais pessoas.



Quais são os tipos de deficiência

<p>DEFICIÊNCIA FÍSICA</p> 	<p>Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho das funções.</p>	<p>DEFICIÊNCIA INTELECTUAL</p> 	<p>Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização de recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; h) trabalho.</p>
<p>DEFICIÊNCIA AUDITIVA</p> 	<p>Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.</p>	<p>DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA</p> 	<p>Associação de duas ou mais deficiências, por exemplo, deficiência auditiva ou surdez associada à deficiência intelectual; deficiência visual ou cegueira associada à deficiência intelectual.</p>
<p>DEFICIÊNCIA VISUAL</p> 	<p>Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; visão monocular, que é a cegueira em um olho; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores.</p>	<p>TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</p> 	<p>Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para a interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.</p>

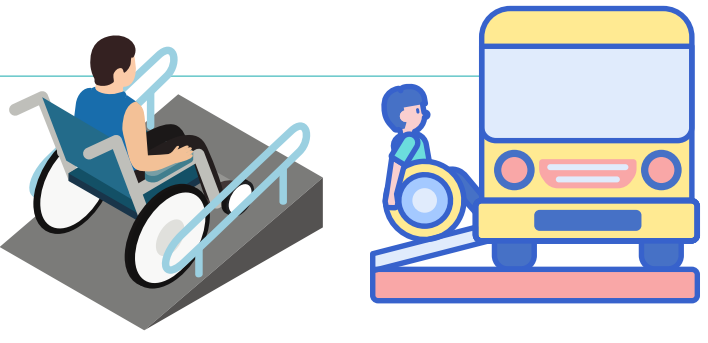
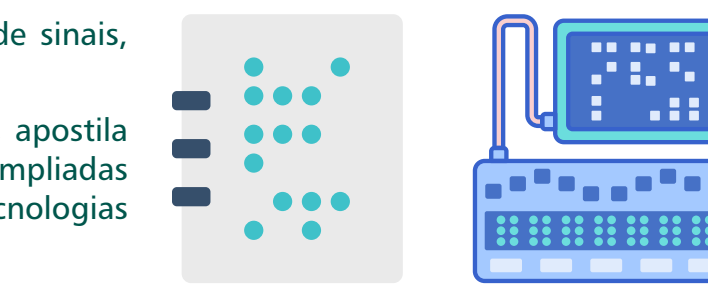
Conheça outras condições que afetam a aprendizagem

<p>DISLEXIA</p> 	<p>Conforme o Instituto ABCD, a dislexia é um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, que afeta as habilidades básicas de leitura e linguagem, dificultando a compreensão de textos e o desenvolvimento da escrita, além de impactar em outras questões da vida cotidiana das pessoas disléxicas.</p> <p>SAIBA MAIS https://www.institutoabcd.org.br/</p>
<p>DISCALCULIA</p> 	<p>A discalculia, de acordo com o Instituto ABCD, é um transtorno específico de aprendizagem. Pessoas com discalculia apresentam prejuízo no domínio da matemática, resultando em um baixo desempenho nessa área. Além de dificultar o desenvolvimento acadêmico nas aulas de matemática, esse transtorno também pode afetar outros aspectos cotidianos da pessoa com discalculia.</p> <p>SAIBA MAIS https://www.institutoabcd.org.br/</p>
<p>TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)</p> 	<p>O TDAH é um transtorno neurobiológico, com grande participação genética, que tem início na infância e que pode persistir na vida adulta. Os sintomas mais comuns são: desatenção e esquecimento; dificuldade de concentração; hiperatividade e impulsividade; dificuldade de organização; tendência para manifestar doenças relacionadas, como ansiedade e depressão, segundo a Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA.</p> <p>SAIBA MAIS https://tdah.org.br/</p>

Quais são as principais barreiras para a inclusão

As barreiras correspondem a quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitam ou impedem a participação social das pessoas, bem como o exercício de seus direitos (BRASIL, 2015). Em uma perspectiva inclusiva, as escolas

devem promover mudanças estruturais e culturais visando a eliminação das barreiras em todas as dimensões de acessibilidade, classificadas por Sassaki (2005) como: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Dimensão	Romper barreiras	
Arquitetônica	<ul style="list-style-type: none"> ▶ ambientais e físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos. 	
Comunicacional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.). ▶ na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas). ▶ na comunicação virtual (acessibilidade digital). 	

Dimensão	Romper barreiras	
Metodológica	<ul style="list-style-type: none"> ▶ nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novos conceitos de avaliação de aprendizagem, de educação, de logística didática etc.). ▶ nos métodos e técnicas de ação comunitária (metodologia social baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.). 	
Instrumental	<ul style="list-style-type: none"> ▶ nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos). ▶ nos instrumentos e utensílios de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.). ▶ nos instrumentos e utensílios de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.). 	
Programática	<ul style="list-style-type: none"> ▶ embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de modo geral. 	
Atitudinal	<ul style="list-style-type: none"> ▶ na convivência, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral sobre a diversidade humana resultando na quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. 	

Você conhece o Núcleo de Apoio à Inclusão do Campus UFV Florestal?

O Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) é um setor responsável por criar estratégias para eliminar as barreiras, implementar práticas inclusivas na instituição e prestar atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, oferecendo orientação e apoio, visando garantir o acesso e a permanência desses indivíduos na escola.

No Campus Florestal da UFV, o NAI é vinculado à Diretoria de Ensino e suas atribuições, definidas pelo Regimento Interno dessa diretoria, são:



No entanto, o NAI ainda se encontra em fase de estruturação, contando com duas tradutoras e intérpretes de Libras, uma efetiva e outra contratada, que fazem a mediação da comunicação entre professores e alunos surdos dos cursos de graduação, e uma pedagoga que atende o NAI e as demais funções desse cargo por ser a única no campus.

No Campus Viçosa, a Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI) possui uma estrutura mais consolidada, disponibilizando diversos materiais de apoio aos docentes e discentes que podem ser acessados por meio do endereço eletrônico: <https://upi.ufv.br/material-de-apoio/>

- I. orientar e assegurar o cumprimento das práticas de inclusão na universidade;
- II. assegurar a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência;
- III. organizar o funcionamento e o serviço dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) lotados na Universidade Federal de Viçosa Campus Florestal;
- IV. participar do processo de matrícula dos novos estudantes, junto à Divisão de Saúde;
- V. atender pais e/ou responsáveis e estudantes com deficiência;
- VI. informar aos professores e coordenadores, periodicamente, as demandas e o rendimento dos estudantes com deficiência;
- VII. realizar atividades junto à comunidade acadêmica de sensibilização e cooperação para a inclusão das pessoas com deficiência;
- VIII. desempenhar as demais funções não especificadas, mas que forem de sua competência ou por delegação dos órgãos superiores (UFV, 2021, p.7).

A princípio, é importante saber que não há procedimentos predeterminados sobre como agir em relação a cada tipo de deficiência e/ou necessidade educacional especial, tendo em vista que as pessoas são diferentes e únicas. Dessa forma, é necessário buscar conhecê-las em sua individualidade, identificando suas habilidades e dificuldades, quais apoios são necessários, para, a partir disso, fazer um planejamento do trabalho pedagógico a ser desenvolvido. O objetivo principal deve ser buscar a melhor forma de fazer com que o aluno aprenda, reavaliando e modificando as estratégias sempre que for preciso.

Os quadros a seguir, contêm algumas orientações básicas que podem auxiliar no atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais de forma geral.



PROFESSOR(A):

Estas orientações são importantes, pois podem auxiliar em suas práticas inclusivas

- Tenha em mente que o planejamento deve ser individual, pois cada aluno possui necessidades distintas.

- Na medida do possível, permaneça próximo ao aluno com necessidades educacionais especiais enquanto apresenta o conteúdo e ofereça assistência individual sempre que necessário.

- Busque proporcionar momentos educacionais suplementares, fora dos horários de aula. Esses momentos são importantes para exploração do material a ser usado e para preparação das aulas.

- Ao realizar experiências no laboratório ou em outras situações similares, permita que o aluno faça a atividade diretamente ou participe indiretamente, por exemplo, anotando os dados observados pelos colegas. A observação e a exploração do concreto, por meio de experiências, são muito importantes para todos. Oferecê-las ao estudante com necessidades educacionais especiais favorecerá sua participação no cotidiano escolar e consequentemente sua inclusão efetiva.

- Priorize um exercício bem executado pelo aluno do início ao fim e corrigido devidamente, ele é mais produtivo que muitos exercícios mal realizados e sem correção.

- Procure oferecer esquemas e/ou exercícios menos complexos e mais significativos.

- Estabeleça previamente tempos extras para a execução das atividades.

- Sempre inclua os alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades propostas para a turma.

- Quando uma atividade não puder ser adaptada ou substituída por outra, propicie ao aluno a participação nessa atividade junto com os colegas.

- Crie oportunidades para que os alunos trabalhem uns com os outros, promovendo o trabalho em grupo e participativo.

- Com frequência os alunos com necessidades educacionais especiais podem ser alvos de bullying, não tolere esse tipo de comportamento de maneira nenhuma.

- Lembre-se: o professor e a comunidade escolar desempenham papel fundamental na inclusão social de todos os alunos.

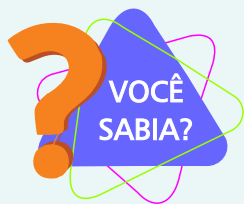
SAIBA MAIS

Cartilha da Inclusão Escolar, disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-inclusiva-cartilha-da-inclusao-escolar/>

Nos próximos quadros, há algumas recomendações mais específicas, relacionadas a cada tipo de deficiência ou transtorno, que foram selecionadas de várias fontes, cujos links para acesso na íntegra estão disponíveis ao final, no item SAIBA MAIS.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

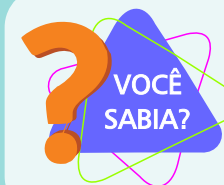
- ▶ Posicione o aluno nos ambientes de forma que ele possa ver seus movimentos orofaciais e fale diretamente para ele mesmo quando houver intérprete de Libras.
- ▶ Use materiais visuais como apoio para favorecer a compreensão do conteúdo, assim como de outras informações expressadas oralmente.
- ▶ Complemente o que for exposto verbalmente com elementos que favoreçam a sua compreensão: linguagem gestual, expressões faciais, evitando falar quando estiver de costas ou de lado para o aluno.
- ▶ Quando for usar filmes e vídeos nas aulas, escolha as versões com legendas.
- ▶ Ao passar informações importantes, utilize o quadro ou outros recursos escritos como e-mail e Whatsapp.
- ▶ A legislação brasileira prevê o direito a intérprete de Libras nas escolas, intermediando e traduzindo as falas. Porém, é importante que os docentes e outros profissionais da equipe escolar adquiram pelo menos algumas noções básicas dessa língua.



O uso da expressão surdo-mudo não é adequado, pois muitos surdos não desenvolveram a fala, mas têm o aparelho fonador em condições para isso e poderiam falar por meio de um tratamento fonoaudiológico.

DEFICIÊNCIA FÍSICA

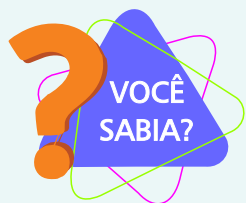
- ▶ Posicione o aluno nos ambientes escolares de forma a facilitar sua mobilidade.
- ▶ Ofereça e incentive o uso de adaptações no material escolar (apostilas adaptadas, lápis com apoio, utilização de pranchas ou presilhas para não deslizar o papel, entre outros).
- ▶ Complemente textos escritos com elementos de outras linguagens e sistemas de comunicação quando necessário.
- ▶ Realize provas orais se preciso ou peça auxílio de um transcritor.
- ▶ Além de zelar pela integridade física dessas pessoas, busque proporcionar sua autonomia, garantindo a sua participação em todas as atividades propostas.



Não se deve utilizar os termos defeituoso, aleijado e inválido, o correto é dizer pessoa com deficiência física.

DEFICIÊNCIA VISUAL

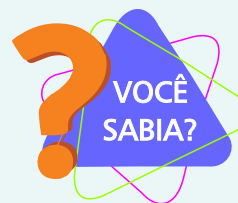
- ▶ Posicione o aluno nos ambientes de uma forma que favoreça sua possibilidade de ouvir.
- ▶ Utilize sistemas alternativos de comunicação adaptados às necessidades do aluno: sistema braille, materiais ampliados, textos escritos com outros elementos (relevos, texturas), para melhorar a compreensão.
- ▶ Facilite o deslocamento do aluno na sala de aula e em outros ambientes, solicitando os ajustes que considerar necessários na disposição dos móveis.
- ▶ Procure explicar oralmente tudo que for apresentado de maneira visual.
- ▶ Ao utilizar vídeos, escolha as versões dubladas ou possibilite a audiodescrição.
- ▶ Busque conhecer pelo menos algumas noções básicas do sistema braille.



A deficiência visual pode ser uma perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão. Nos casos de perda parcial, a pessoa tem baixa visão, e, quando a perda é total, ela tem cegueira. Se não souber especificar em qual dos dois tipos a pessoa se enquadra, utilize o termo pessoa com deficiência visual e, para casos de cegueira, use cego ou pessoa cega. Nunca use ceguinho.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

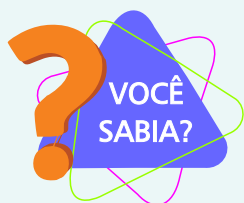
- ▶ Faça adequações nas atividades de forma que a execução delas seja possível para o estudante, mas, ainda assim, proporcione algum desafio novo.
- ▶ Utilize recursos audiovisuais e experiências práticas complementares.
- ▶ Promova a associação entre os novos conhecimentos e os previamente adquiridos.
- ▶ Utilize recursos adaptativos e que contribuam para a maior independência e autonomia do estudante.
- ▶ Trabalhe com uma perspectiva de currículo flexível, envolvendo atividades da vida diária, o uso de tecnologias assistivas e adaptações no material didático-pedagógico.



O termo deficiência mental não deve ser mais usado, o recomendado é dizer pessoa com deficiência intelectual.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

- ▶ Os autistas podem demonstrar interesse em assuntos específicos, procure usar esse interesse como forma de estimular a aprendizagem de outros conhecimentos e de auxiliá-lo a estabelecer interações sociais.
- ▶ Mantenha, sempre que possível, a rotina, evitando mudanças bruscas.
- ▶ Prepare o estudante antecipadamente quando forem ocorrer situações novas.
- ▶ Muitos autistas não conseguem olhar alguém de frente, olho no olho, entenda que a falta de contato visual não significa desinteresse, mas sim uma dificuldade em razão do desconforto que essa situação provoca.
- ▶ Crie estratégias que favoreçam a participação desse aluno em sala de aula, pois a dificuldade de comunicação e interação pode prejudicar a execução de algumas atividades, principalmente quando realizadas em grupos.
- ▶ Incentive e elogie os progressos, promovendo a autoestima.



Os autistas nem sempre são “gênios”, alguns deles têm habilidades acima da média em certas áreas, mas isso não é uma regra.

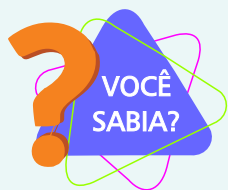
DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS



- ▶ Utilize as adaptações para esses alunos considerando as deficiências que se apresentam de formas distintas, assim como a associação delas: surdez e cegueira, deficiência visual e mental, deficiência física e auditiva etc.
- ▶ Realize essas adaptações considerando a funcionalidade e as condições individuais do estudante.
- ▶ Faça e/ou solicite as adequações nos ambientes escolares que favoreçam a mobilidade e a participação do aluno nas atividades desenvolvidas.
- ▶ Procure adequar as atividades propostas, oferecendo tempo ampliado para a realização delas quando necessário.

DISLEXIA

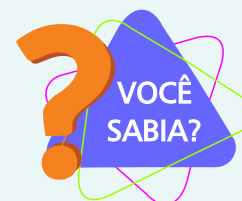
- ▶ Posicione o estudante o mais próximo possível da sua mesa e do quadro, para facilitar o acompanhamento durante as aulas.
- ▶ Quando passar instruções para a realização de atividades, fique atento para se certificar de que elas foram compreendidas.
- ▶ Forneça o material que será passado no quadro já impresso, mas, caso não seja possível, observe se o estudante fez as anotações corretamente antes de apagar o quadro.
- ▶ Reforce oralmente o conteúdo, pois o disléxico tem a compreensão oral preservada.
- ▶ Permita e estimule o uso de gravador, calculadora, recursos da informática etc.
- ▶ Ofereça a opção de realizar provas oralmente, ou revise com o aluno as avaliações escritas dando a oportunidade de ele se expressar verbalmente.
- ▶ Valorize mais o desenvolvimento argumentativo, relevando os erros ortográficos.



A dislexia é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, portanto não possui cura, mas existem diversas estratégias e métodos de intervenção psicopedagógicos que podem ajudar os disléxicos a superarem suas dificuldades de aprendizagem.

DISCALCULIA

- ▶ Permita o uso de fórmulas e calculadora, principalmente na realização de atividades avaliativas em que haja problemas para serem resolvidos em vários passos sucessivos.
- ▶ Use situações diferentes para ensinar matemática (jogos, preparo de receitas, montagens, construção etc.).
- ▶ Introduza novos conteúdos a partir de situações concretas, para posteriormente abordá-los de maneira mais abstrata.
- ▶ Conceda mais tempo para a realização das tarefas que envolvam matemática.
- ▶ Valorize mais o raciocínio do que a realização do cálculo em si.
- ▶ Elogie o esforço mais do que os resultados, de forma a melhorar a autoestima do aluno.

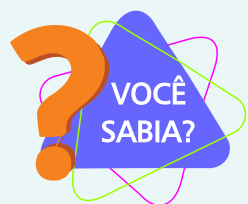


A dislexia e a discalculia são dois transtornos de aprendizagem distintos, no entanto, frequentemente elas podem aparecer juntas.

TDAH

(Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)

- ▶ Posicione o estudante o mais próximo possível da sua mesa e do quadro.
- ▶ Estabeleça regras e rotinas a serem seguidas durante todo o período letivo.
- ▶ Durante as aulas, procure repetir e enfatizar os pontos mais relevantes, oscilando a entonação e o volume da voz para atrair a atenção.
- ▶ Permita um tempo extra para realização das atividades propostas durante a aula ou nas provas.
- ▶ Estimule o aluno com palavras de incentivo, valorizando os progressos.
- ▶ Quando for necessário fazer críticas, converse com o aluno separadamente para não expor suas dificuldades escolares e comportamentais aos demais estudantes.



TDAH e hiperatividade não são sinônimos, embora frequentemente se diga que uma pessoa é hiperativa quando, na verdade, ela apresenta TDAH.

<https://novaescola.org.br/conteudo/15182/dicionarioda-inclusao-aprenda-quais-sao-os-terminos-corretos-eensine-seus-alunos>

<https://novaescola.org.br/conteudo/15281/conheca-os-principais-obstaculos-que-alunos-com-deficiencia-encontram-e-ajude-os-a-supera-los>

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572324/2/MANUAL%20PEDAGOGICO.pdf>

<https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-inclusiva-cartilha-da-inclusao-escolar/>

<https://novaescola.org.br/conteudo/1465/cinco-perguntas-sobre-dislexia?>

<https://www.dislexia.org.br/como-interagir-com-o-dislexico-em-sala-de-aula/>

<https://www.institutoabcd.org.br/discalculia/>

<https://blog.psicologiaviva.com.br/discalculia/>

<https://tdah.org.br/tdah-guia-para-professores/>

<https://tdah.org.br/wp-content/uploads/site/pdf/cartilha%20ABDA.final%2032pg%20otm.pdf>

<https://www.youtube.com/watch?v=BuHrTEtYS1c>

<https://www.youtube.com/watch?v=Isr7vu2HQCG&t=26s>

<https://www.youtube.com/watch?v=BeGcu3U-s3M>

PROFESSORA!

PROFESSOR!

Os livros e filmes indicados a seguir, podem contribuir para ampliar seus conhecimentos sobre a inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, assim como para aprimorar suas práticas inclusivas.

Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.

13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

O livro tem por intenção, segundo a autora, colocar os pingos nos “is” na polêmica que se cria no país em torno da inclusão de alunos no ensino regular.



Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?

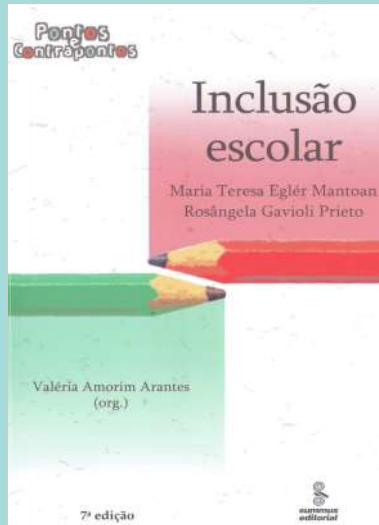
2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

A autora Maria Teresa Eglér Mantoan, especialista em inclusão, busca responder a essas três questões no decorrer dos capítulos, promovendo importantes reflexões sobre a inclusão escolar.



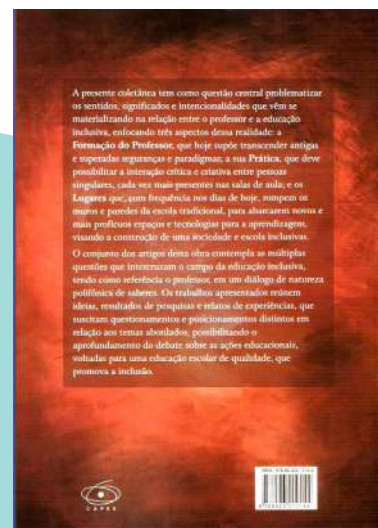
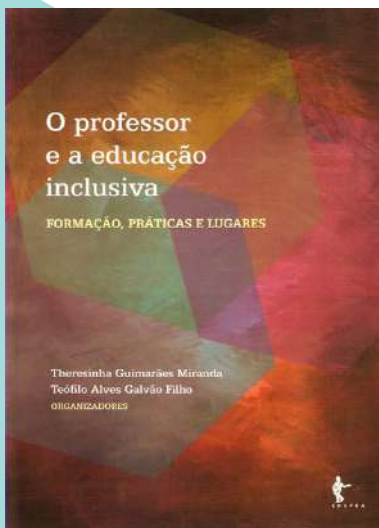
Inclusão escolar: pontos e contrapontos.

São Paulo: Summus, 2006.

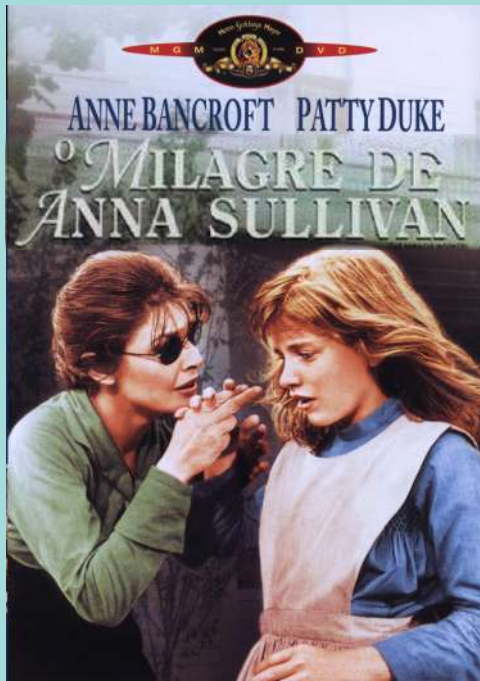


'As Tecnologias Nas Práticas Pedagógicas Inclusivas'. Elaborado por Claudia Regina Mosca Giroto, Rosimar B. Poker e Sadao Omote. (Org.). Marília/SP: Cultura Acadêmica, 2012.

https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf



O professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Organizado por Theresinha Guimarães Miranda e Teófilo Alves Galvão Filho, EDUFBA 2012. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm



O MILAGRE DE ANNE SULLIVAN

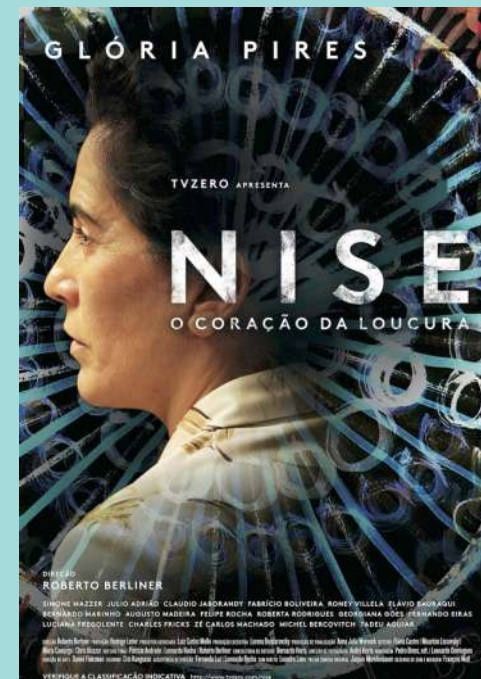
A professora Anne Sullivan (Anne Bancroft) tenta estimular Helen Keller (Patty Duke), uma garota cega, surda e muda, a se adaptar e entender o mundo que a cerca. O início não é fácil, mas aos poucos Anne mostra à Helen que por meio dos outros sentidos é possível explorar um mundo incrível a sua volta.

Fonte: <https://www.educamundo.com.br/blog/filmes-inspiradores-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva>

NISE: O CORAÇÃO DA LOUCURA

Ao voltar a trabalhar em um hospital psiquiátrico no subúrbio do Rio de Janeiro, após sair da prisão, a doutora Nise da Silveira (Gloria Pires) propõe uma nova forma de tratamento aos pacientes que sofrem da esquizofrenia, eliminando o eletrochoque e lobotomia. Seus colegas de trabalho discordam do seu meio de tratamento e a isolam, restando a ela assumir o abandonado Setor de Terapia Ocupacional, onde dá início a uma nova forma de lidar com os pacientes, através do amor e da arte.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-240724/>





EXTRAORDINÁRIO

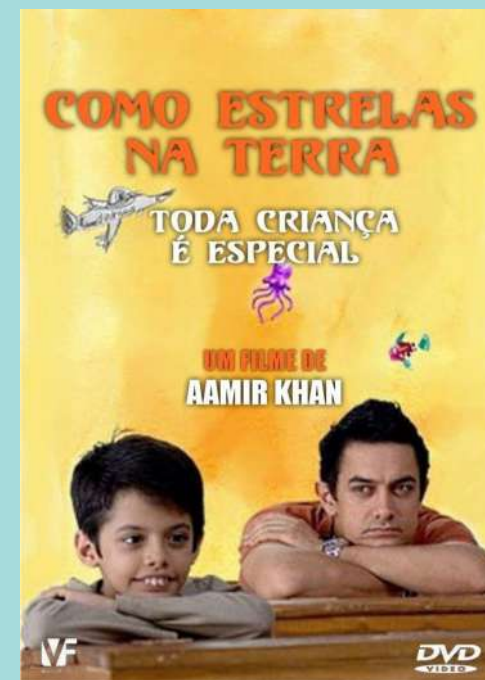
Auggie Pullman (Jacob Tremblay) tem apenas 10 anos, mas por ter nascido com uma deformação facial já passou por 27 cirurgias plásticas. Agora, pela primeira vez, ele frequentará uma escola regular, como as demais crianças de sua idade. No ambiente escolar Auggie terá a sensação constate de ser avaliado e observado e precisará lidar com isso.

Fonte: <https://www.educamundo.com.br/blog/filmes-inspiradores-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva>

COMO ESTRELAS NA TERRA

Ishaan é um jovem que tem muitas dificuldades em relação ao estudo. Após várias reclamações da escola, o pai de Ishaan, acreditando que o garoto não faz as atividades por falta de responsabilidade, o coloca em um internato. Lá o professor Nikumbh, não demora a perceber o real problema de Ishaan, a dislexia, e desenvolve um plano para que Ishaan tenha novamente vontade de aprender.

Fonte: <https://www.educamundo.com.br/blog/filmes-inspiradores-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva>



ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação entre a sociedade e as pessoas com deficiências. Revista do Ministério do Trabalho, Brasília, ano 11, n. 21, p. 160-173, mar. 2001. Disponível em:

<http://www.anpt.org.br/attachments/article/2732/Revista%20MPT%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%202021.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BLANCO, R. Aprendendo na diversidade: implicações educativas. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 1998, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Foz do Iguaçu: UNESCO, 1998.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2003a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, DF: MEC, 2003b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos

para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 22 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 2 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 fev. 2020.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

GLAT, R. Educação Inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade. In: LONGHINI, M. D. (org.). O uno e o diverso na Educação. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 75-92. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/Glat.Eduinclusiva.2011.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

OLIVEIRA, TORY. Dicionário da inclusão: Aprenda quais são os termos corretos e ensine seus alunos. Publicado em Revista Nova Escola, Edição 319, fev. 2019. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/15182/dicionario-da-inclusao-aprenda-quais-sao-os-terminos-corretos-e-ensine-seus-alunos>. Acesso em: 30 maio 2021.

PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. L. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Tradução Gisele Klein. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão – Revista da Educação Especial*, Brasília, n.1, p. 7-18, out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>
Acesso em: 18 mar. 2020.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: O paradigma do século 21*. *Inclusão – Revista da Educação Especial*, Brasília, n.1, p. 19-23, out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>.
Acesso em: 18 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Campus UFV – Florestal. Regimento Interno da Diretoria de Ensino. Florestal, MG: UFV, 2021. Disponível em http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/SEI_UFV-0384047-Resolu%C3%A7%C3%A3o-01-2021-CONSU.pdf. Acesso em 22 fev. 2021.

Esta cartilha foi diagramada, observando-se os princípios gráficos que favorecem a leitura por pessoas com necessidades especiais ou não, como a forma e tamanho das fontes, os contrastes figura e fundo, as cores para telas digitais, entre outros.

Fontes das ilustrações

Capa: Colagem e desenho digitais, a partir de imagens coletadas na internet.
Miolo: https://www.canva.com/pt_br/; <https://br.freepik.com/> e desenhos elaborados especificamente para a cartilha.



Cidadania

Aprendizagem

Apoio

Acessibilidade

Respeito

Diversidade

Inclusão

Braille

